

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GOVERNANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS

**Notas Explicativas referente ao segundo trimestre de 2023 das Demonstrações Contábeis do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Órgão 55000**

Brasília-DF

Julho / 2023

**Índice**

I. Contexto Operacional .........................................................................................................4 a 5

II. Demonstrações Contábeis..................................................................................................6 a 11

III. Notas Explicativas..............................................................................................................11 a 36

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis...................................11

Resumo dos Principais Critérios, Metodologias e Políticas Contábeis..............................12 a 14

Composição no SIAFI do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.......................................................................................................................................14

Auxílio Emergencial...........................................................................................................15

Balanço Patrimonial..........................................................................................................15 a 27

Balanço Financeiro............................................................................................................27 a 29

Balanço Orçamentário......................................................................................................29 a 32

Demonstração das Variações Patrimoniais.......................................................................32 a 35

Demonstração dos Fluxos de Caixa...................................................................................35 a 36

**MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

José Wellington Barroso de Araujo Dias

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Osmar Ribeiro de Almeida Júnior

**SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GOVERNANÇA**

Marcos de Souza e Silva

**COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS**

Vanair Alves de Oliveira

**COORDENADORA DE CONTABILIDADE**

Carolina Nascimento Cavalcante

**Informações SETORIAL CONTÁBIL MDS:**

Fone: (61) 2030-1292 / 2030-1311

Correio Eletrônico: cgcc@mds.gov.br

**I – Contexto Operacional**

A Medida Provisória nº 1.154, de 01 de janeiro de 2023, convertida na Lei n° 14.600, de 19 de junho de 2023, criou o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome abarcando como principais atuações políticas as advindas dos extintos Ministério da Cidadania excluídas as políticas públicas de desporto.

O Decreto n° 11.339, de 01 de janeiro de 2023, aprovou a estrutura regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Posteriormente esse decreto foi revogado pelo Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023.

Desta forma, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome possui as seguintes competências:

* Política nacional de desenvolvimento social;
* Política nacional de segurança alimentar e nutricional;
* Política nacional de assistência social;
* Política nacional de renda de cidadania;
* Ações e programas direcionados à redução do uso abusivo de álcool e outras drogas no âmbito da rede de acolhimento;
* Articulação entre as políticas e os programas dos governos federal, estaduais, distrital e municipais e as ações da sociedade civil ligadas ao desenvolvimento social, à produção alimentar, à segurança alimentar e nutricional, à renda de cidadania, à redução de demanda de álcool e outras drogas e à assistência social;
* Articulação, coordenação, supervisão, integração e proposição das ações do governo e do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) quanto aos aspectos relacionados à acolhida, à recuperação e à reinserção social no âmbito da rede de acolhimento;
* Orientação, acompanhamento, avaliação e supervisão de planos, de programas e de projetos relativos às áreas de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e de assistência social;
* Normatização, orientação, supervisão e avaliação da execução das políticas de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e de assistência social;
* Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS;
* Gestão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;
* Coordenação, supervisão, controle e avaliação da operacionalização de programas de transferência de renda; e
* Aprovação dos orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria - SESI, do Serviço Social do Comércio - SESC e do Serviço Social do Transporte - SEST.

Além disso, possui a seguinte estrutura organizacional:

I - Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome:

a) Gabinete;

b) Assessoria de Participação Social e Diversidade;

c) Assessoria Especial de Controle Interno;

d) Assessoria Especial de Comunicação Social;

e) Assessoria Especial de Assuntos Internacionais;

f) Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos;

g) Corregedoria;

h) Ouvidoria-Geral;

i) Consultoria Jurídica; e

j) Secretaria-Executiva:

1. Departamento de Resolução de Passivos do Auxílio Emergencial;

2. Departamento de Apoio a Comunidades Terapêuticas;

3. Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências;

4. Subsecretaria de Assuntos Administrativos;

5. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Governança; e

6. Subsecretaria de Tecnologia da Informação;

II - Órgãos específicos singulares:

a) Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome;

b) Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único:

1. Departamento de Monitoramento e Avaliação;

2. Departamento de Gestão da Informação;

3. Departamento de Gestão Contratual e Financeira;

4. Departamento de Operação do Cadastro Único; e

5. Departamento de Gestão do Cadastro Único;

c) Secretaria Nacional de Renda de Cidadania:

1. Departamento de Operação;

2. Departamento de Benefícios; e

3. Departamento de Condicionalidades;

d) Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

1. Departamento de Promoção da Inclusão Produtiva Rural e Acesso à Água;

2. Departamento de Aquisição e Distribuição de Alimentos Saudáveis; e

3. Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável;

e) Secretaria de Inclusão Socioeconômica:

1. Departamento de Apoio à Inserção no Trabalho; e

2. Departamento de Apoio ao Empreendedorismo;

f) Secretaria Nacional de Cuidados e Família:

1. Departamento de Economia do Cuidado; e

2. Departamento de Cuidados da Primeira Infância e da Pessoa Idosa; e

g) Secretaria Nacional de Assistência Social:

1. Departamento de Proteção Social Básica;

2. Departamento de Proteção Social Especial;

3. Departamento de Benefícios Assistenciais;

4. Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social;

5. Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social; e

6. Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social.

III - órgãos colegiados: Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Isto posto, fica explanado o contexto operacional norteador da análise dos demonstrativos contábeis do segundo trimestre de 2023.

**II – Demonstrações Contábeis**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ATIVO** | | | | **PASSIVO** | | | |
| **ESPECIFICAÇÃO** | | **2023** | **2022** | **ESPECIFICAÇÃO** | | **2023** | **2022** |
| **ATIVO CIRCULANTE** | **NE** | **45.686.634.054,18** | **76.688.236.510,44** | **PASSIVO CIRCULANTE** | **NE** | **2.414.678.609,00** | **4.466.782.397,31** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | **1** | **686.663.740,02** | **34.989.013,10** | **Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo** | **7** | **427.359.460,68** | **591.186.502,78** |
| **Créditos a Curto Prazo** | **2** | **44.999.748.069,73** | **76.652.138.668,07** | **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo** |  | **15.136.461,96** | **74.874.072,22** |
| Demais Créditos e Valores |  | 44.999.748.069,73 | 76.652.138.668,07 | **Transferências Fiscais a Curto Prazo** |  | **147.504.165,08** | **853.806.304,56** |
| **Estoques** | **3** | **222.244,43** | **1.108.829,27** | **Provisões a Curto Prazo** | **8** | **1.717.325.526,42** | **2.829.328.461,13** |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** |  | **124.923.721,74** | **131.754.626,48** | **Demais Obrigações a Curto Prazo** |  | **107.352.994,86** | **117.587.056,62** |
| **Ativo Realizável a Longo Prazo** |  | **38.375.712,43** | **12.540.634,73** | **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** |  | **282.265.633,33** | **195.826.551,61** |
| Créditos a Longo Prazo |  | 38.375.712,43 | 12.540.634,73 | **Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo** | **7** | **212.199.751,57** | **195.708.113,36** |
| Demais Créditos e Valores |  | 7.349.352.487,79 | 7.490.886.420,13 | **Provisões a Longo Prazo** | **8** | **70.065.881,76** | **118.438,25** |
| (-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo |  | -7.310.976.775,36 | -7.478.345.785,40 | **TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL** |  | **2.696.944.242,33** | **4.662.608.948,92** |
| **Imobilizado** | **5** | **83.842.309,60** | **111.278.454,33** | **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | |
| Bens Móveis |  | 25.466.345,51 | 49.138.007,96 | **ESPECIFICAÇÃO** | **9** | **2023** | **2022** |
| Bens Móveis |  | 81.860.139,20 | 157.608.035,18 | Resultado do Exercício |  | -29.541.635.563,94 | 6.927.945.945,01 |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis |  | -56.393.793,69 | -108.470.027,22 | Resultados de Exercícios Anteriores |  | 71.977.466.071,29 | 63.953.161.161,63 |
| Bens Imóveis |  | 58.375.964,09 | 62.140.446,37 | Ajustes de Exercícios Anteriores |  | 678.783.026,24 | 1.276.275.081,36 |
| Bens Imóveis |  | 58.381.873,00 | 62.141.089,60 |  |  |  |  |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis |  | -5.908,91 | -643,23 |  |  |  |  |
| **Intangível** | **6** | **2.705.699,71** | **7.935.537,42** |  |  |  |  |
| Softwares |  | 2.705.699,71 | 7.935.537,42 |  |  |  |  |
| Softwares |  | 2.705.699,71 | 7.935.537,42 | **TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** |  | **43.114.613.533,59** | **72.157.382.188,00** |
| **TOTAL DO ATIVO** |  | **45.811.557.775,92** | **76.819.991.136,92** | **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** |  | **45.811.557.775,92** | **76.819.991.136,92** |

**FONTE: SIAFI**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES | | | | | | | |
| **ATIVO** | | | | **PASSIVO** | | | |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2023** | **2022** | **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2023** | **2022** |
| **ATIVO FINANCEIRO** |  | **686.664.275,52** | **34.989.548,60** | **PASSIVO FINANCEIRO** |  | **19.387.208.886,45** | **5.191.059.091,46** |
| **ATIVO PERMANENTE** |  | **45.124.893.500,40** | **76.785.001.588,32** | **PASSIVO PERMANENTE** |  | **2.195.356.810,71** | **4.095.935.208,73** |
|  |  |  |  | **SALDO PATRIMONIAL** |  | **24.228.992.078,76** | **67.532.996.836,73** |

**FONTE: SIAFI**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| QUADRO DE COMPENSAÇÕES | | | | | | | |
| **ATIVO** | | | | **PASSIVO** | | | |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2023** | **2022** | **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2023** | **2022** |
| **SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS** |  | **86.509.794,49** | **114.481.490,11** | **SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS** |  | **44.436.309.471,49** | **24.788.673.220,45** |
| Atos Potenciais Ativos |  | 86.509.794,49 | 114.481.490,11 | Atos Potenciais Passivos |  | 44.436.309.471,49 | 24.788.673.220,45 |
| Garantias e Contragarantias Recebidas |  | 74.119.529,60 | 99.973.475,15 | Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres |  | 42.135.169.611,10 | 21.867.747.736,52 |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres |  | 12.390.264,89 | 13.419.302,81 | Obrigações Contratuais |  | 2.301.139.860,39 | 2.920.925.483,93 |
| Direitos Contratuais |  | - | 1.088.712,15 |  |  |  |  |
| **TOTAL** |  | **86.509.794,49** | **114.481.490,11** | **TOTAL** |  | **44.436.309.471,49** | **24.788.673.220,45** |

**FONTE: SIAFI**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL | | |
| **DESTINAÇÃO DE RECURSOS** | **NE** | **SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO** |
| **Recursos Ordinários** |  | **-869.815.896,23** |
| **Recursos Vinculados** |  | **-17.830.728.714,70** |
| Seguridade Social (Exceto Previdência) |  | -1.568.636.886,14 |
| Previdência Social (RPPS) |  | -377,37 |
| Dívida Pública |  | -16.259.067.455,51 |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas |  | -3.023.995,68 |
| **TOTAL** |  | **-18.700.544.610,93** |

**FONTE: SIAFI**

**BALANÇO FINANCEIRO**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **INGRESSOS** | | | | **DISPÊNDIOS** | | | |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2023** | **2022** | **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2023** | **2022** |
| **Receitas Orçamentárias** | **10** | **719.845.285,44** | **528.644.728,37** | **Despesas Orçamentárias** | **11** | **102.815.667.059,56** | **95.076.828.245,74** |
| **Ordinárias** |  | **407.060.944,67** | **88.459.309,60** | **Ordinárias** |  | **903.136.267,95** | **24.134.752.982,09** |
| **Vinculadas** |  | **312.942.522,85** | **446.690.585,85** | **Vinculadas** |  | **101.912.530.791,61** | **70.942.075.263,65** |
| Seguridade Social (Exceto Previdência) |  | 14.750.957,86 | 11.185.647,00 | Seguridade Social (Exceto Previdência) |  | 68.279.206.929,03 | 51.851.904.095,53 |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas |  | 298.191.564,99 | 435.504.938,85 | Previdência Social (RPPS) |  | - | 6.760.000,00 |
| **(-) Deduções da Receita Orçamentária** |  | **-158.182,08** | **-6.505.167,08** | Dívida Pública |  | 33.633.323.862,58 | 18.913.698.432,71 |
|  |  |  |  | Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas |  |  | 169.712.735,41 |
| **Transferências Financeiras Recebidas** | **10** | **268.490.285.937,27** | **182.269.681.283,74** | **Transferências Financeiras Concedidas** | **11** | **183.698.991.946,57** | **131.583.927.193,80** |
| Resultantes da Execução Orçamentária |  | 262.791.140.248,83 | 171.149.721.898,11 | Resultantes da Execução Orçamentária |  | 175.667.256.826,43 | 123.907.448.240,15 |
| Cota Recebida |  | 130.944.044.837,94 | 85.287.133.403,49 | Repasse Concedido |  | 89.839.553.944,39 | 78.220.669.798,29 |
| Repasse Recebido |  | 46.019.507.971,11 | 40.193.388.925,24 | Sub-repasse Concedido |  | 85.827.686.376,48 | 45.669.199.569,38 |
| Sub-repasse Recebido |  | 85.827.559.760,89 | 45.669.199.569,38 | Cota Devolvida |  | 16.505,56 | 17.578.872,48 |
| Sub-repasse Devolvido |  | 27.678,89 |  | Independentes da Execução Orçamentária |  | 8.031.735.120,14 | 7.676.478.953,65 |
| Independentes da Execução Orçamentária |  | 5.699.145.688,44 | 11.119.959.385,63 | Transferências Concedidas para Pagamento de RP |  | 4.951.223.830,47 | 5.721.136.278,82 |
| Transferências Recebidas para Pagamento de RP |  | 5.641.625.531,78 | 10.992.037.946,65 | Demais Transferências Concedidas |  | 2.240.979,78 | 1.131.061,63 |
| Demais Transferências Recebidas |  | 4.170.075,70 | 22.741.776,39 | Movimento de Saldos Patrimoniais |  | 3.078.270.309,89 | 1.954.211.613,20 |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais |  | 53.350.080,96 | 105.179.662,59 | Aporte ao RPPS |  | - | - |
| **Recebimentos Extraorçamentários** | **10** | **18.544.694.343,25** | **49.829.181.741,30** | **Pagamentos Extraorçamentários** | **11** | **584.927.671,24** | **5.134.696.082,73** |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados |  | 15.699.938,06 | 26.078.748,65 | Pagamento dos Restos a Pagar Processados |  | 17.791.063,98 | 113.350.177,25 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados |  | 16.213.204.838,70 | 48.325.713.560,45 | Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados |  | 561.603.819,52 | 5.018.822.965,14 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados |  | 10.236.848,62 | 11.821.623,43 | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados |  | 5.301.208,23 | 2.157.479,27 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários |  | 2.305.552.717,87 | 1.465.567.808,77 | Outros Pagamentos Extraorçamentários |  | 231.579,51 | 365.461,07 |
| Restituições a Pagar |  | 1.043.553,00 | 491.364,74 | Demais Pagamentos |  | 231.579,51 | 365.461,07 |
| Arrecadação de Outra Unidade |  | 2.304.509.164,87 | 1.465.076.444,03 |  |  |  |  |
| **Saldo do Exercício Anterior** | **10** | **31.424.851,43** | **51.182.059,16** | **Saldo para o Exercício Seguinte** | **11** | **686.663.740,02** | **883.238.290,30** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa |  | 31.424.851,43 | 51.182.059,16 | Caixa e Equivalentes de Caixa |  | 686.663.740,02 | 883.238.290,30 |
| **TOTAL** |  | **287.786.250.417,39** | **232.678.689.812,57** | **TOTAL** |  | **287.786.250.417,39** | **232.678.689.812,57** |

**Fonte: SIAFI**

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RECEITA** | | | | | |
| **RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS** | **NE** | **PREVISÃO INICIAL** | **PREVISÃO ATUALIZADA** | **RECEITAS REALIZADAS** | **SALDO** |
| **RECEITAS CORRENTES** | **13** | **729.204.631,00** | **729.204.631,00** | **719.845.285,44** | **-9.359.345,56** |
| **Receita Patrimonial** |  | **729.180.717,00** | **729.180.717,00** | **687.574.798,37** | **-41.605.918,63** |
| Valores Mobiliários |  | 190.431.556,00 | 190.431.556,00 | 389.430.315,17 | 198.998.759,17 |
| Demais Receitas Patrimoniais |  | 538.749.161,00 | 538.749.161,00 | 298.137.850,76 | -240.611.310,24 |
| **Transferências Correntes** |  | **23.914,00** | **23.914,00** | **5.218,37** | **-18.695,63** |
| **Outras Receitas Correntes** |  | **-** | **-** | **32.265.268,70** | **32.265.268,70** |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos |  | - | - | 32.265.268,70 | 32.265.268,70 |
| **RECEITAS DE CAPITAL** |  | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **SUBTOTAL DE RECEITAS** |  | **729.204.631,00** | **729.204.631,00** | **719.845.285,44** | **-9.359.345,56** |
| **REFINANCIAMENTO** |  | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO** |  | **729.204.631,00** | **729.204.631,00** | **719.845.285,44** | **-9.359.345,56** |
| **DEFICIT** | **15** |  |  | **102.095.821.774,12** | **102.095.821.774,12** |
| **TOTAL** |  | **729.204.631,00** | **729.204.631,00** | **102.815.667.059,56** | **102.086.462.428,56** |
| **CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS** |  | **-** | **-2.369.451.430,00** | **-** | **2.369.451.430,00** |
| Superavit Financeiro |  | - | 144.700.000,00 | - | - |
| Créditos Cancelados |  | - | -2.514.151.430,00 | - | - |

**Fonte: SIAFI**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESPESA** | | | | | | | |
| **DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS** | **NE** | **DOTAÇÃO INICIAL** | **DOTAÇÃO ATUALIZADA** | **DESPESAS EMPENHADAS** | **DESPESAS LIQUIDADAS** | **DESPESAS PAGAS** | **SALDO DA DOTAÇÃO** |
| **DESPESAS CORRENTES** | **14** | **275.359.617.106,00** | **272.406.183.213,00** | **102.693.306.217,81** | **86.601.523.432,06** | **86.585.823.494,00** | **169.712.876.995,19** |
| **Pessoal e Encargos Sociais** |  | **148.292.968,00** | **139.441.960,00** | **117.174.531,36** | **65.120.102,02** | **52.655.059,35** | **22.267.428,64** |
| **Outras Despesas Correntes** |  | **275.211.324.138,00** | **272.266.741.253,00** | **102.576.131.686,45** | **86.536.403.330,04** | **86.533.168.434,65** | **169.690.609.566,55** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** |  | **1.098.262.146,00** | **672.359.438,00** | **122.360.841,75** | **938.788,80** | **938.788,80** | **549.998.596,25** |
| **Investimentos** |  | **1.098.262.146,00** | **672.359.438,00** | **122.360.841,75** | **938.788,80** | **938.788,80** | **549.998.596,25** |
| **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** |  | **566.710.284,00** | **190.481.556,00** | **-** | **-** | **-** | **190.481.556,00** |
| **SUBTOTAL DAS DESPESAS** |  | **277.024.589.536,00** | **273.269.024.207,00** | **102.815.667.059,56** | **86.602.462.220,86** | **86.586.762.282,80** | **170.453.357.147,44** |
| **AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO** |  | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO** |  | **277.024.589.536,00** | **273.269.024.207,00** | **102.815.667.059,56** | **86.602.462.220,86** | **86.586.762.282,80** | **170.453.357.147,44** |
| **TOTAL** |  | **277.024.589.536,00** | **273.269.024.207,00** | **102.815.667.059,56** | **86.602.462.220,86** | **86.586.762.282,80** | **170.453.357.147,44** |

**Fonte SIAFI**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | | |
| **DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS** | **NE** | **INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES** | **INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR** | **LIQUIDADOS** | **PAGOS** | **CANCELADOS** | **SALDO** |
| **DESPESAS CORRENTES** | **16** | **1.708.828.066,38** | **1.387.559.608,20** | **635.032.316,48** | **528.593.470,60** | **17.306.816,90** | **2.550.487.387,08** |
| **Pessoal e Encargos Sociais** |  | **840.107,68** | **4.308.418,10** | **278.580,79** | **278.580,79** | **107.593,58** | **4.762.351,41** |
| **Outras Despesas Correntes** |  | **1.707.987.958,70** | **1.383.251.190,10** | **634.753.735,69** | **528.314.889,81** | **17.199.223,32** | **2.545.725.035,67** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **16** | **167.004.311,58** | **122.130.831,74** | **52.916.574,14** | **33.010.348,92** | **7.550.494,25** | **248.574.300,15** |
| **Investimentos** |  | **167.004.311,58** | **122.130.831,74** | **52.916.574,14** | **33.010.348,92** | **7.550.494,25** | **248.574.300,15** |
| **TOTAL** |  | **1.875.832.377,96** | **1.509.690.439,94** | **687.948.890,62** | **561.603.819,52** | **24.857.311,15** | **2.799.061.687,23** |

**Fonte: SIAFI**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS | | | | | | |
| **DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS** | **NE** | **INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES** | **INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR** | **PAGOS** | **CANCELADOS** | **SALDO** |
| **DESPESAS CORRENTES** | **16** | **328.717.522,66** | **22.191.399,85** | **16.948.569,53** | **2.602.731,43** | **331.357.621,55** |
| **Pessoal e Encargos Sociais** |  | **125.773,84** | **9.506.846,83** | **9.478.461,44** | **5.333,57** | **148.825,66** |
| **Outras Despesas Correntes** |  | **328.591.748,82** | **12.684.553,02** | **7.470.108,09** | **2.597.397,86** | **331.208.795,89** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **16** | **7.416.136,05** | **23.724.154,58** | **842.494,45** | **8.593.435,78** | **21.704.360,40** |
| **Investimentos** |  | **7.416.136,05** | **23.724.154,58** | **842.494,45** | **8.593.435,78** | **21.704.360,40** |
| **TOTAL** |  | **336.133.658,71** | **45.915.554,43** | **17.791.063,98** | **11.196.167,21** | **353.061.981,95** |

**Fonte: SIAFI**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS** | | | |
|  | **NE** | **2023** | **2022** |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | **18** | **316.983.388.314,30** | **223.613.621.538,90** |
| **Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos** |  | **-** | **41.296,84** |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços |  | - | 41.296,84 |
| **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** |  | **391.223.122,92** | **166.408.479,82** |
| Juros e Encargos de Mora |  | 1.793.039,87 | 3.010.871,26 |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras |  | 389.430.083,05 | 163.243.555,69 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras |  | - | 154.052,87 |
| **Transferências e Delegações Recebidas** |  | **268.498.976.022,64** | **182.284.674.404,40** |
| Transferências Intragovernamentais |  | 268.498.278.813,27 | 182.284.652.224,99 |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas |  | 697.209,37 | 22.179,41 |
| **Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos** |  | **45.397.615.864,56** | **39.221.992.612,53** |
| Ganhos com Incorporação de Ativos |  | 44.146.573.847,39 | 38.441.714.280,92 |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos |  | 1.251.042.017,17 | 780.278.331,61 |
| **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** |  | **2.695.573.304,18** | **1.940.504.745,31** |
| Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas |  | 34.052.776,44 | 31.513.317,59 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas |  | 2.661.520.527,74 | 1.908.991.427,72 |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | **19** | **346.525.023.878,24** | **184.304.670.495,86** |
| **Pessoal e Encargos** |  | **68.494.677,34** | **127.449.189,96** |
| Remuneração a Pessoal |  | 53.437.730,67 | 59.505.458,02 |
| Encargos Patronais |  | 8.235.535,39 | 9.574.408,39 |
| Benefícios a Pessoal |  | 5.570.723,77 | 4.564.539,27 |
| Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos |  | 1.250.687,51 | 53.804.784,28 |
| **Benefícios Previdenciários e Assistenciais** |  | **84.811.184.050,99** | **48.187.308.697,64** |
| Aposentadorias e Reformas |  | 18.197.652,63 | 14.179.634,10 |
| Pensões |  | 430.670,10 | 444.334,98 |
| Benefícios Eventuais |  | 783.499,98 | 3.280.214.499,39 |
| Políticas Públicas de Transferência de Renda |  | 84.726.783.737,09 | 44.842.965.174,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais |  | 64.988.491,19 | 49.505.055,17 |
| **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** |  | **650.365.445,39** | **575.479.551,50** |
| Uso de Material de Consumo |  | 66.077.578,59 | 84.223.985,87 |
| Serviços |  | 583.134.771,13 | 488.324.355,02 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão |  | 1.153.095,67 | 2.931.210,61 |
| **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras** |  | **26.508,14** | **6.778,81** |
| Juros e Encargos de Mora |  | 16.206,91 | 1,94 |
| Descontos Financeiros Concedidos |  | 10.301,23 | 6.776,87 |
| **Transferências e Delegações Concedidas** |  | **185.473.228.337,29** | **134.354.181.735,57** |
| Transferências Intragovernamentais |  | 183.708.406.163,98 | 131.599.076.827,66 |
| Transferências Intergovernamentais |  | 1.714.441.518,74 | 2.726.224.142,59 |
| Transferências ao Exterior |  | - | 2.058.169,67 |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas |  | 50.380.654,57 | 26.822.595,65 |
| **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos** |  | **75.521.568.604,38** | **1.048.493.816,02** |
| Perdas Involuntárias |  | 1.946,68 | 75.546.908,21 |
| Incorporação de Passivos |  | - | 1.693.329,28 |
| Desincorporação de Ativos |  | 75.521.566.657,70 | 971.253.578,53 |
| **Tributárias** |  | **72.479,95** | **144.509,08** |
| Contribuições |  | 72.479,95 | 144.509,08 |
| **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** |  | **83.774,76** | **11.606.217,28** |
| Incentivos |  | 33.808,42 | 84.669,46 |
| Constituição de Provisões |  | 48.154,83 | 6.058.820,02 |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas |  | 1.811,51 | 5.462.727,80 |
| **RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO** | **17** | **-29.541.635.563,94** | **39.308.951.043,04** |

**Fonte: SIAFI**

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **NE** | **2023** | **2022** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | **20** | **680.746.111,23** | **869.152.939,72** |
| **INGRESSOS** |  | **271.525.920.789,20** | **184.275.715.444,31** |
| **Receita de Contribuições** |  | **-** | **906,32** |
| **Receita Patrimonial** |  | **298.144.483,20** | **283.892.268,68** |
| **Remuneração das Disponibilidades** |  | **389.430.315,17** | **175.989.792,26** |
| **Outras Receitas Derivadas e Originárias** |  | **32.265.268,70** | **68.746.034,00** |
| **Transferências Recebidas** |  | **5.218,37** | **15.727,11** |
| Outras Transferências Recebidas |  | 5.218,37 | 15.727,11 |
| **Outros Ingressos Operacionais** |  | **270.806.075.503,76** | **183.747.070.715,94** |
| Ingressos Extraorçamentários |  | 10.236.848,62 | 11.821.623,43 |
| Restituições a Pagar |  | 1.043.553,00 | 491.364,74 |
| Transferências Financeiras Recebidas |  | 268.490.285.937,27 | 182.269.681.283,74 |
| Arrecadação de Outra Unidade |  | 2.304.509.164,87 | 1.465.076.444,03 |
| **DESEMBOLSOS** |  | **-270.845.174.677,97** | **-183.406.562.504,59** |
| **Pessoal e Demais Despesas** |  | **-85.536.587.123,92** | **-48.938.338.755,10** |
| Administração |  | -174.134.797,21 | -158.107.158,54 |
| Assistência Social |  | -84.976.730.504,39 | -48.435.638.251,81 |
| Previdência Social |  | -3.414.877,86 | -548.684,38 |
| Trabalho |  | -30.672,00 | -79.020,40 |
| Educação |  | - | -2.100,21 |
| Direitos da Cidadania |  | -677.102,97 | -1.631.644,02 |
| Ciência e Tecnologia |  | -201.302,03 | -273.882,24 |
| Comunicações |  | -47.478,95 | -14.425.626,48 |
| Desporto e Lazer |  | -245.643,65 | -60.409.544,19 |
| Encargos Especiais |  | -381.104.744,86 | -267.222.842,83 |
| **Transferências Concedidas** |  | **-1.604.062.819,74** | **-2.881.773.615,35** |
| Intergovernamentais |  | -1.587.888.860,68 | -2.749.305.378,13 |
| A Estados e/ou Distrito Federal |  | -40.098.880,86 | -94.726.356,15 |
| A Municípios |  | -1.547.789.979,82 | -2.654.579.021,98 |
| Intragovernamentais |  | -7.907.713,52 | -10.005.051,47 |
| Outras Transferências Concedidas |  | -8.266.245,54 | -122.463.185,75 |
| **Outros Desembolsos Operacionais** |  | **-183.704.524.734,31** | **-131.586.450.134,14** |
| Dispêndios Extraorçamentários |  | -5.301.208,23 | -2.157.479,27 |
| Transferências Financeiras Concedidas |  | -183.698.991.946,57 | -131.583.927.193,80 |
| Demais Pagamentos |  | -231.579,51 | -365.461,07 |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | **22** | **-25.507.222,64** | **-37.096.708,58** |
| **INGRESSOS** |  | **-** | **-** |
| **DESEMBOLSOS** |  | **-25.507.222,64** | **-37.096.708,58** |
| **Aquisição de Ativo Não Circulante** |  | **-24.489.122,43** | **-10.704.626,00** |
| **Outros Desembolsos de Investimentos** |  | **-1.018.100,21** | **-26.392.082,58** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | **21** | **-** | **-** |
| **INGRESSOS** |  | **-** | **-** |
| **DESEMBOLSOS** |  | **-** | **-** |
| **GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** |  | **655.238.888,59** | **832.056.231,14** |
| **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL** |  | **31.424.851,43** | **51.182.059,16** |
| **CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL** |  | **686.663.740,02** | **883.238.290,30** |

**Fonte: SIAFI**

**III - Notas Explicativas**

**Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

Os Demonstrativos Contábeis do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (órgão 55000) foram elaborados a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, da Lei Complementar nº 101/2000, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (MF/STN).

**Resumo dos Principais Critérios, Metodologias e Políticas Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Ministério.

* 1. **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras**

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

* 1. **Caixa e Equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

* 1. **Créditos a Curto Prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável bem como ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

* 1. **Demais Créditos e Valores**

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) tributos a recuperar/compensar; (iii) depósitos restituíveis e valores vinculados; (iv) outros créditos a receber; (v) ajuste p/ perdas e (vi) demais créditos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original.

* 1. **Estoques**

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas pelo custo médio ponderado, conforme art. 106 da Lei nº 4.320/64.

* 1. **Ativo Realizável a Longo Prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos e (v) investimentos temporários. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

* 1. **Investimentos**

São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

* 1. **Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Após a aquisição somente são incorporados valores que acrescentem na vida útil do bem e/ou sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

* 1. **Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, neste Ministério são os softwares destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quanto tiverem vida útil definida).

* 1. **Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes e é utilizada a tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

* 1. **Passivo Circulante**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

* 1. **Provisões a Curto Prazo**

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

* 1. **Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

* 1. **Apuração do resultado**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1. Patrimonial;
2. Orçamentário; e
3. Financeiro.
   * 1. **Resultado Patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

* + 1. **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

* + 1. **Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**Composição no SIAFI do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**

Atualmente o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome está composto pelas seguintes unidades gestoras executoras ativas:

550002 SETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

550003 DIREÇÃO NACIONAL DE PROJETOS – DNP - MDS

550004 SETORIAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS

550005 COORDENACAO GERAL DE LICITACOES E CONTRATOS.

550006 COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS/MDS

550007 SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA

550008 SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SESAN

550009 DEPARTAMENTO DE APOIO ÀS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS - DACT

550010 SECRETARIA DE AVALIACAO E GESTAO DA INFORMAÇÃO - SAGICAD

550011 SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

550013 PROJETO DE OPERACIONALIZ. DOS PROGRAMAS SESAN

550015 PROJETO DE OPERACION. DOS PROGRAMAS DA SNAS

550018 SECRETARIA DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA - SISEC

550020 PROJ. DE OPERAC. DOS PROGRAMAS SESAN/BNB

550023 SECRETARIA NACIONAL DE CUIDADOS E FAMÍLIA - SNCF

550025 SAA/SE/MC - CONDOMINIO BLOCO A

550027 AUXÍLIO EMERGENCIAL

**Auxílio Emergencial**

O Auxílio Emergencial (AE20) foi instituído pelo art. 2º da Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020, e teve continuidade de pagamentos por meio do Auxílio Emergencial Residual 2020 e 2021. Posteriormente, em junho de 2021 foi emitida a Lei Nº 14.171, alterando o artigo   [2º da Lei nº 13.982 passando a incluir pagamentos para famílias formadas por homens monoparentais. O pagamento para homens parentais foi realizado em parcela única em 12/01/2022 no montante de R$](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm#view) 2.428.619.400,00.

Os demais pagamentos ocorridos a título de Auxílio Emergencial em 2023 tratam – se de pagamentos referente a despesas judiciais e totalizaram no segundo trimestre em R$ 2.948.249,98.

***Notas Explicativas do Balanço Patrimonial***

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

**Nota Explicativa nº** **1 - Caixa e equivalentes de caixa**

No Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a Conta Caixa e Equivalentes de Caixa é composta pelas contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS e Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento - OFSS.

A 1ª registra o valor do limite de saque da conta única do ente federativo, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social.

A 2ª registra os valores que estão aguardando assinatura das Ordens de Pagamento pelo Ordenador de Despesa e Gestor Financeiro para a geração da Ordem Bancária.

**Nota Explicativa nº** **2 - Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo**

Compreende a composição dos valores a receber por diversas transações realizáveis no curto prazo e no longo prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, podendo ser ajustado na ocasião de perdas estimadas.

**2.1. Adiantamento de Transferências Legais**

Na conta 11311.07.00 – Adiantamento de Transferências Legais há um saldo de R$ 612.411.688,40 pertencente ao Fundo Nacional de Assistência Social. Deste saldo, R$ 372.161.452,97 (60,77%) se refere a exercícios anteriores a 2022 e estão pendentes de prestação de contas. Todavia, o primeiro repasse para esse tipo de execução ocorreu no exercício de 2018, sendo o prazo de execução excepcionalmente prorrogado até 31 de dezembro de 2021, conforme o disposto no §3º do art. 36 da Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020. A análise da prestação de contas ainda não foi finalizada.

Há que se ressaltar ainda que esta conta foi apontada no Relatório Preliminar de Auditoria de 2022 uma vez que, segundo a CGU, há duas metodologias de contabilização sendo realizadas na Unidade Gestora 330013 referente a Adiantamento de Transferências. De acordo com este relatório, os valores de transferência fundo a fundo que atualmente estejam sendo contabilizados como 3.5.2.4.0.00.00 – Outras Transferências deveriam estar contabilizados nesta conta de ativo, todavia, ainda cabe normatização por parte do Tesouro Nacional.

**2.2. Termo de Execução Descentralizada**

Dentre as contas que compõem o saldo de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, a que causa maior impacto em relação ao grupo de contas é a de 11382.38.00 - Adiantamento de Termo de Descentralização Externa – TED, que contabiliza os créditos ocasionados pelos repasses realizados a outras entidades e permanecem até que haja comprovação por meio de prestação de contas do órgão recebedor. No caso do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, mais de 99% do saldo constante no grupo de contas se refere ao Fundo Nacional de Assistência Social conforme tabela abaixo:

***Tabela nº 01 – Termo de Execução Descentralizada FNAS***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **TED** | **FAVORECIDO** | **VALOR** | **VIGÊNCIA** |
| 940455 | 510002/57202 - INSS/DC SETORIAL ORCAMENTARIA | R$ 44.049.425.027,06 | 31/12/2023 |
| **TOTAL** | | **R$ 44.049.425.027,06** |  |

Fonte SIAFI.

O TED 940455 possui por objeto o pagamento de Benefícios e Despesas Operacionais referentes ao requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, instituído pela Constituição Federal em seu artigo 203, da Renda Mensal Vitalícia - RMV, instituída pela Lei nº 6.179/74, e do Auxílio Inclusão – AI, instituído pela Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021.

Segue abaixo detalhamento quanto à natureza do TED 940455:

a) Descrição do objeto do TED: Termo de Execução Descentralizada de crédito orçamentário e repasse financeiro destinado ao pagamento de benefícios e despesas operacionais referentes ao requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada - BPC, da Renda Mensal Vitalícia - RMV e do Auxílio Inclusão - AI.

b) Cláusulas significativas do contrato, que possam afetar seu montante, prazo, e a segurança acerca dos fluxos de caixa futuros: No entendimento da área técnica, não há cláusulas do TED que possam afetar seu montante, prazo, e a segurança acerca dos fluxos de caixa futuros.

c) A natureza e extensão (por exemplo, quantidade, prazos ou valores):

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| META 1: 00H5 - Pagamento de BPC e RMV a pessoas idosas | Ação para Pagamento de BPC e RMV a pessoas idosas | | 38.370.623.550,00 | | 01/01/2023 - 31/12/2023 |
| META 2: 00IN - Pagamento de BPC e RMV a pessoas com deficiência | Ação para Pagamento de BPC e RMV a pessoas com deficiência | 46.931.045.700,00 | | 01/01/2023 - 31/12/2023 | |
| META 3: 00TZ - Auxílio-inclusão às pessoas com deficiência | Ação para pagamento de Auxílio-inclusão às pessoas com deficiência | 154.919.648,00 | | 01/01/2023 - 31/12/2023 | |
| META 4: 2589 - Avaliação e operacionalização do BPC e manutenção da RMV | Ação para pagamento de envio de cartas, indenizações, restituições, pagamento de diárias e passagens, deslocamento de requerentes e beneficiários do BPC, despesas de exercícios anteriores e atividades de reconhecimento de direitos e demais atividades para operacionalizar o BPC e manutenção do RMV. | 8.499.993,31 | | 01/01/2023 - 31/12/2023 | |
| META 5: 2583 - Processamento de dados do BPC e da RMV | Ação para pagamento das despesas com processamento de dados do BPC e da RMV | 48.999.999,23 | | 01/01/2023 - 31/12/2023 | |
| META 6: 21DT - Operacionalização do Auxílio-inclusão às pessoas com deficiência | 21DT Ação para operacionalização do Auxílio-inclusão às pessoas com deficiência | 558.053,00 | | 01/01/2023 - 31/12/2023 | |
| arredonamento | Item para arredondamento | 0,46 | | 01/01/2023 - 31/12/2023 | |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO** | |  | |  |  |  |
| JAN/2023 | | 85.514.646.944,00 | | | | |

Segue abaixo levantamento com o montante nas demais unidades gestoras que possuem Termos de Descentralização Externa cujas vigências já se encontram expiradas há mais de 330 dias (considerando os prazos estabelecidos no Decreto nº 10.426/2020, 120 dias para apresentação do Relatório de Cumprimento do Objeto (RCO) + 30 dias de prorrogação + 180 dias de análise do RCO):

***Tabela nº 02 – Termos de Execução Descentralizada Vencidos (Data Base 31/06/2023)***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **UG** | **Qtd. de TEDs expirados** | **Não Apresentaram Prestação de Contas** | **Análises de Prestação de Contas Iniciadas até 31/06/2023** | **Análises de Prestação de Contas Não Iniciadas até 31/06/2023** |
| 550005 | 2 | - | 2 | - |
| 550009 | 2 | - | 1 | 1 |
| 550018 | 2 | - | 2 | - |
| **TOTAL** | 6 | - | 5 | 1 |

Desta forma, em 31/06/2023, foram identificados 6 Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com prazo de análise de cumprimento do objeto expirado, totalizando o valor de R$ 7.722.728,02. Esse montante representa aproximadamente 2,39% do valor total de R$ 322.434.160,57 registrado na conta 11382.38.00 – Adiantamento – Termo Execução Descentralizada constante no órgão não superior 55000.

Como se pode depreender da tabela nº 2, dos 6 TEDs expirados, 5 já tiveram as Análises de Prestação de Contas iniciadas. Quanto às prestações de contas não iniciadas, 1 refere-se ao TED nº 684848 na UG 550009.

Para os TEDs que não foram apresentados documentos de prestação de contas, as áreas técnicas já foram orientadas a proceder com o estabelecido no artigo 30 do Decreto nº 10.426/2020:

*“Art. 30. Este Decreto poderá ser aplicado aos TED celebrados anteriormente à data de sua publicação, por meio de termo aditivo, desde que haja benefício à execução do objeto.*

*Parágrafo único. À exceção das disposições do****caput****, os TEDs firmados anteriormente à data de publicação deste Decreto permanecerão regidos pelas disposições:*

*I - do*[*Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993*](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0825.htm)*;*

*II - do*[*Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007*](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6170compilado.htm)*; e*

*III - da legislação setorial vigente na data de sua celebração. ”*

**2.3. Diversos Responsáveis**

Nas contas do grupo Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU, o maior saldo está na conta “121210508 - Crédito a Receber por falta/irregularidade na Comprovação”. Nela são realizados os registros dos valores correspondentes à falta de documentação comprobatória da execução da despesa, inclusive as apresentações fora do prazo legal, bem como a inadimplência na comprovação de instrumentos de transferência ou ainda irregularidade na documentação, com imputação da responsabilidade (quando for instaurada tomada de contas especial após apreciação pelo Tribunal de Contas da União –TCU).

Apesar de em 2022 esta conta, após atualização monetária, ter finalizado o exercício com o saldo de R$ 454.692.666,24. Em janeiro de 2023, houve a segregação do extinto Ministério da Cidadania em Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e Ministério do Esporte. Desta forma, o saldo inicial da conta reduziu para R$ 305.125.989,54 e seu saldo ao final de março foi de R$ 329.402.112,57.

As atualizações monetárias serão realizadas ao longo do exercício.

Ademais, foram lançados como ajustes de perdas para os créditos a receber por falta/Irregularidade na comprovação decorrentes de decisões do Tribunal de Contas da União – TCU. Segue abaixo tabela com valores constantes na conta 12121.99.02 – Ajuste de Perdas de Créditos Apurados em TCE.

***Tabela nº 03 – Ajuste de Perdas na Conta 12121.05.08 - 12121.99.02 – Ajuste de Perdas de Créditos Apurados em TCE***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Conta de Referência** | **UG** | **Valores** |
| 12121.05.08 | 550008 | R$ 102.779.731,38 |
| 550009 | R$ 2.006.963,64 |
| 550013 | R$ 940.860,28 |
| 330013 | R$ 197.589.186,10 |
| 400076 | R$ 6.562.678,50 |
| **TOTAL** | | **R$ 303.316.741,40** |

Fonte: SIAFI.

Como metodologia de cálculo para o Ajuste de perdas dessa conta foram utilizados os preceitos estabelecidos na Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas e o percentual aplicado foi de 99,41% haja vista que o histórico de recebimentos de 2020 a 2022 correspondeu a apenas 0,59% conforme evidenciado em tabela abaixo:

***Tabela nº 04 - Recebimentos na conta 12121.05.08 - Créditos a Receber por falta/Irregularidade na comprovação***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Exercício** | **Média mensal de recebimentos (A)** | **Média mensal de saldo de contas a receber (B)** | **Percentual de recebimento (A/B)** |
| 2020 | R$ 674.641,12 | R$ 96.799.040,06 | 0,69% |
| 2021 | R$ 504.869,69 | R$ 149.253.949,63 | 0,34% |
| 2022 | R$ 2.914.372,88 | R$ 391.905.832,95 | 0,74% |
| **Percentual médio de recebimento do período** | | | **0,59%** |

**2.4. Demais Ajustes de Perdas**

Seguem abaixo saldos atuais dos demais ajustes de perdas. Os Ajustes de perda referente ao auxílio emergencial serão tratados no item 2.8.

***Tabela nº 05 – Ajustes de Perdas***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Conta** | **UG** | **Valor** |
| 12121.04.11 - Falta ou Irregularidade de Comprovação | 550008 | R$ 4.136.150,02 |
| 12121.05.05 – Créditos a Receber de Responsáveis por Danos/Perdas | 550013 | R$ 1.091.301,76 |
| 550015 | R$ 671.150,92 |
| 12121.05.17 – Créditos a Receber decorrentes de Irregularidades em Benefícios | 550007 | R$ 3.283.425,17 |

Como metodologia de cálculo para o Ajuste de perdas dessas contas foram utilizados os preceitos estabelecidos na Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas e o percentual aplicado foi de 97,55%, 99,93% e 99,90%, respectivamente, haja vista que considerando o histórico de recebimentos de 2019 a 2021 correspondeu a apenas 2,45%, 0,07% e 0,10% conforme evidenciado nas tabelas abaixo:

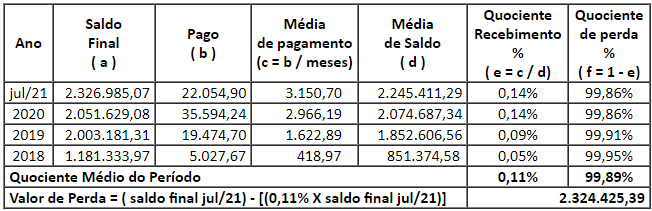
***Tabela nº 06 – Ajuste de Perdas da conta 12121.04.11 - Falta ou Irregularidade de Comprovação***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Exercício** | **Média mensal de recebimentos (A)** | **Média mensal de saldo de contas a receber (B)** | **Percentual de recebimento (A/B)** |
| 2020 | R$ 9.039,19 | R$ 1.238.195,16 | 0,73% |
| 2021 | R$ 159.524,08 | R$ 2.555.529,72 | 6,24% |
| 2022 | R$ 13.830,96 | R$ 3.503.248,89 | 0,39% |
| **Percentual médio de recebimento do período** | | | **2,45%** |

***Tabela nº 07 – Ajuste de Perdas da conta 12121.05.05 – Créditos a Receber de Responsáveis por Danos/Perdas***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Exercício** | **Média mensal de recebimentos (A)** | **Média mensal de saldo de contas a receber (B)** | **Percentual de recebimento (A/B)** |
| 2020 | R$ 0,00 | R$ 8.488.231,41 | 0,00% |
| 2021 | R$ 0,00 | R$ 9.953.817,34 | 0,00% |
| 2022 | R$ 35.186,52 | R$ 15.144.463,15 | 0,23% |
| **Percentual médio de recebimento do período** | | | **0,07%** |

***Tabela nº 08 – Ajuste de Perdas da conta 12121.05.17 - Créditos a Receber decorrentes de Irregularidades em Benefícios***



**2.5. Transferências Voluntárias**

Em junho de 2023, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome finalizou com saldo de R$ 43.762.853,03 na conta 215310000 – Transferências Discricionárias a Pagar – Consolidação. Este saldo se refere a transferências discricionárias a pagar, todas dentro do prazo de vigência.

**2.6. Créditos a Receber - Auxílio Emergencial**

Em 2022 foram realizadas as últimas atualizações dos valores de Créditos a Receber decorrentes de Dano ao Patrimônio referentes aos pagamentos indevidos a título de Auxílio Emergencial 2020, Auxílio Residual e Auxílio Emergencial 2021 nos seguintes montantes:

Auxílio Emergencial 2020 (AE20) – R$ 5.733.472.636,48;

Auxílio Emergencial Residual (AER) – R$ 471.432.218,50; e

Auxílio Emergencial 2021 (AE21) – R$ 801.279.954,40.

Total: R$ 7.006.184.809,38

Metodologia de Cálculo dos Créditos a Receber:

Desde 2020 o extinto Ministério da Cidadania passou por auditorias da Controladoria-Geral da União – CGU e um dos apontamentos levantados remete ao registro de créditos a receber de pagamentos realizados indevidamente a título de Auxílio Emergencial.

Considerando esses apontamentos, o extinto Ministério da Cidadania em conjunto com a Dataprev definiu metodologia de enquadramento dos apontamentos em seis categorias:

* **Melhoria**: identifica os requerentes que constam na base analítica do mês de referência, mas não foram identificados pela Dataprev na análise de elegibilidade com o apontamento da CGU. Ou seja, esse achado deveria ter sido identificado e o requerente deveria ter sido considerado inelegível.
* **Temporalidade**: identifica os requerentes que não estavam marcados como inelegíveis no mês da elegibilidade, mas cujo apontamento da CGU foi encontrado em bases analíticas posteriores. Ou seja, no momento em que a elegibilidade foi processada, o CPF ou NIS cumpria todos os requisitos conforme a base analítica competente, mas, posteriormente, identificou-se nas bases analíticas subsequentes que o CPF passou a não cumprir mais os critérios.
* **Dentro da Regra**: identifica que o requerente atendeu às regras de elegibilidade no momento de processamento e que os indícios de desconformidade com as regras apontados pela CGU não se confirmaram mesmo utilizando bases analíticas posteriores.
* **Judicial**: identifica os casos em que a pessoa se tornou elegível por decisão judicial.
* **Extrajudicial**: identifica os casos em que a pessoa se tornou elegível por decisão extrajudicial.
* **Inelegível**: identifica que o requerente foi considerado inelegível no processamento de elegibilidade.

A partir das análises técnicas realizadas pela Dataprev e em atenção à necessidade de indicação de possíveis valores de pagamento indevidos nas três fases do auxílio financeiro emergencial (**AE20, AER**e**AE21**) para subsidiar a escrituração contábil das contas do extinto Ministério da Cidadania, foram consideradas as classificações “**Melhoria**” e “**Temporalidade**” e em 31/12/2021 foi registrado o montante total de R$ 9.909.937.360,00 como Créditos a Receber decorrentes de Dano ao Patrimônio.

Em 2022, após análise mais detalhada das informações fornecidas pela Dataprev e apontamentos realizados pela Controladoria-Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União - TCU, o montante foi revisado e chegou-se ao valor de R$ 7.867.975.605,06 (sete bilhões, oitocentos e sessenta e sete milhões, novecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e cinco reais e seis centavos).

Este valor se refere a indicativo de pagamento indevidos desconsiderando as devoluções já realizadas conforme as tabelas abaixo:

***Tabela nº 10 - Auxílio Emergencial 2020***



***Tabela nº 11 – Auxílio Emergencial Residual***

****

***Tabela nº 12 - Auxílio Emergencial 2021***

****

***Tabela nº 13 – Consolidação das Tabelas nº 10, 11 e 12***



Adicionalmente, foram considerados os valores apontados pelo Tribunal de Contas da União – TCU no valor total de R$ 100.858.888,00 e valor desconsiderando as devoluções R$ 30.471.075,00. Segue tabela consolidada com valores apresentados:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Valores totais com indicativo de pagamento indevido para inscrição contábil** | | | | | | | |
|  | **MC** | **CGU** | | **TCU** | | **TCU e CGU (sem desconsiderar interseções) (R$)** | **Saldo Remanescente deduzidas as devoluções** |
| **Benefício** | **Total Pago (R$)** | **Valores apontados (R$)** | **Valores passíveis de devolução (R$)** | **Valores apontados (R$)** | **Valores passíveis de devolução (R$)** | **7.898.446.680,06** |  |
| AE20 | 231.375.650.606,45 | 9.409.858.012,45 | 6.538.276.800,00 | - | - | 5.733.472.636,48 |
| ERA | 62.907.497.655,00 | 808.989.283,50 | 485.111.425,00 | - | - | 471.432.218,50 |
| AE21 | 59.522.091.251,71 | 1.072.132.386,00 | 844.587.380,06 | 100.858.888,00 | 30.471.075,00 | 801.279.954,40 |
| Total | 353.805.239.513,16 | 11.290.979.681,95 | **7.867.975.605,06** | 100.858.888,00 | **30.471.075,00** | **7.006.184.809,38** |
| Apresenta dados tratados da CGU, TCU, consideradas as interseções. | | | | | | | |

Assim, o valor escriturado atualmente nas contas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome resulta no montante de **R$ 7.006.184.809,38** (sete bilhões, seis milhões, cento e oitenta e quatro mil oitocentos e nove reais e trinta e oito centavos), ressaltando-se que há possibilidade de revisão em momento posterior.

**2.7. Ajuste de Perda - Auxílio Emergencial**

Também foram reconhecidos os lançamentos de perdas referentes a esses ativos na conta 12121.99.03 – Ajuste de Perdas de Outros Créditos nos seguintes montantes:

Auxílio Emergencial 2020 – R$ 5.727.165.816,58;

Auxílio Residual – R$ 470.913.643,06; e

Auxílio Emergencial 2021 – R$ 800.398.546,45.

Total: R$ 6.998.478.006,09

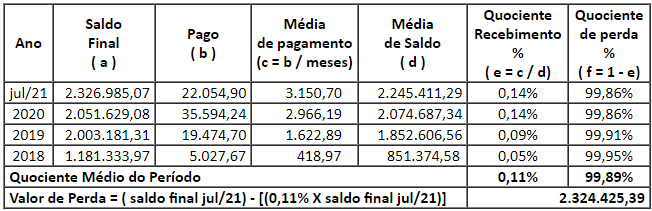
***Tabela nº 14 – Ajuste de Perda Auxílio Emergencial***

|  |  |
| --- | --- |
| Créditos a Receber de Auxílio Emergencial | R$ **7.006.184.809,38** |
| Alíquota aplicada de Ajuste de Perdas | 99,89% |
| Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores | R$ 6.998.478.006,09 |

Metodologia de Cálculo do Ajustes de Perda:

Como metodologia de cálculo do ajuste de perda do auxílio emergencial, além dos preceitos estabelecidos na Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas, considerando não haver histórico de recebimento a título de Auxílio Emergencial, foram utilizados os percentuais de perdas estimadas de valores a recuperar dos últimos três anos (2018, 2019 e 2020) do Programa Bolsa Família – PBF. Para embasamento do percentual, também foram solicitadas informações a Órgãos externos (Ministério do Trabalho e Previdência Social, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS), buscando a mesma informação relacionada à benefícios similares ao Auxílio Emergencial (Seguro-Desemprego, Dívida Ativa da União, benefícios de aposentadorias a ressarcir em virtude de óbito e de Seguro Defeso - Pescador Artesanal), utilizando os critérios descritos na macrofunção supracitada.

Segue abaixo tabela com percentual de perda referente ao Programa Bolsa Família:



 Considerando que os valores apresentados pelos demais órgãos supracitados eram bem próximos ao da tabela acima, bem como a similaridade do perfil de público de beneficiários, dos benefícios citados e seus percentuais de perdas na recuperação de valores a receber, a unidade responsável optou por adotar o quociente do histórico do Programa do Bolsa Família como índice de ajuste para perdas estimadas de valores a receber do Auxílio Emergencial, de 99,89%.

**2.8. Adiantamento Diversos Concedidos**

A UG 330013 está contabilizando os pagamentos efetuados para a Caixa Econômica Federal para acompanhamento de obras decorrentes de Contratos de Repasse, na conta 11311.99.00 - Adiantamentos Diversos. Após apontamentos da Controladoria-Geral da União, foi solicitada a baixa desses valores e que a execução dessas despesas ocorra como despesas de serviços, todavia, a unidade gestora ainda não implementou as mudanças.

**Nota Explicativa nº** **3 - Estoque**

Atualmente o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome possui saldo de Estoques de Almoxarifado lançado na unidade gestora 550005 – Coordenação-Geral de Licitações e Contratos. O RMA apresentado pela área de patrimônio confere com o lançado no SIAFI nesta UG.

**Nota Explicativa nº 4 - Investimentos**

Não há investimentos realizados.

**Nota Explicativa nº** **5 - Imobilizado**

Bens Móveis

Na conta de **Bens Móveis** são registrados os valores de aquisição ou incorporação de bens corpóreos, que tem existência material e que podem ser transportados pelo próprio movimento ou removidos por força alheia, sem alteração da sua substância ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

No segundo trimestre, a conta 12311.05.03 – veículos de Tração Mecânica finalizou o saldo em R$ 1.172.876,00. Este saldo se refere principalmente a liquidações do Contrato Administrativo nº 16/22 com aquisição de micro-ônibus com acessibilidade com vistas ao transporte de equipe de profissionais que executam as ações concernentes às missões institucionais da Secretaria Nacional de Assistência Social nos municípios, Estados e no Distrito Federal. Deste montante, restam pendentes os registros de doações no SIAFI no valor total de R$ 888.200,00.

Houveram ainda novas aquisições de máquinas agrícolas por meio do Contrato Administrativo nº 37/2021 para aumentar o espectro da execução da política pública de fomento e produtividade rural, auxiliando famílias de baixa renda com a produção de hortas. Estes bens também já foram doados a diversos municípios, porém ainda no resta um montante de R$ 4.385.129,48 pendentes de registro no SIAFI.

O relatório da Unidade Gestora 550025 – “SAA/SE/MC – Condomínio Bloco A” não foi apresentado pela área técnica.

Cabe ressaltar ainda que existem alguns saldos que divergem dos saldos trazidos no Relatório de Movimentação Bens apresentados. Segue abaixo explanação das divergências:

***Tabela nº 13 – Divergências Bens Móveis RMB x SIAFI***

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **UG** | **Conta** | **Valor SIAFI (a)** | **Valor Relatório (b)** | **Diferença (a)-(b)** | **Depreciação Valor SIAFI (c)** | **Depreciação Valor Relatório (d)** | **Diferença Depreciação (c)-(d)** |
| 550005 | 123110120 | R$4.385.129,48 | R$0,00 | R$4.385.129,48 | R$0,00 | R$0,00 | R$0,00 |
| 123110303 | R$16.999.260,51 | R$16.999.260,51 | R$0,00 | R$8.333.578,44 | R$8.331.097,84 | R$2.480,60 |
| 123110402 | R$84.567,13 | R$84.567,13 | R$ 0,00 | R$77.599,09 | R$37.984,23 | R$39.614,86 |
| 123110503 | R$1.172.876,00 | R$284.676,00 | R$888.200,00 | R$90.756,08 | R$104.716,08 | -R$13.960,00 |
| 123119901 | R$1.889,62 | R$3.311,45 | -R$1.421,83 | R$0,00 | R$0,00 | R$0,00 |

FONTE: SIAFI

Bens Imóveis

Na conta de **Bens Imóveis** são registrados os valores dos bens imóveis, que são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

A Controladoria-Geral da União apontou em solicitação de auditoria a necessidade de registro de algumas salas na conta 12321.01.02 – Edifícios. A área técnica responsável informou estar aguardando definições oficiais quanto à área de ocupação predial para que então seja possível efetuar o registro via Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis - SISREI. Informa ainda que servidores da SPU estiveram "in loco" no Bloco A para levantamento dos espaços, contudo não foi indicado uma previsão de conclusão da demanda. Assim, deu-se a dilação do prazo para implementação da recomendação.

**Nota Explicativa nº** **6 - Intangível**

Atualmente o ministério possui saldo apenas na UG 550005 – Coordenação-Geral de Licitações e Contratos na conta de Softwares com vida útil indefinida não cabendo, portanto, amortização, mas sim uma reavaliação dos bens.

**Nota Explicativa nº** **7 - Obrigações Trabalhista, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo**

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios os quais o empregado ou servidor tenha direito: aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo e no longo prazo.

No Ministério o maior impacto é causado pela conta Precatórios de Benefícios Previdenciários, onde são registradas as obrigações referentes a precatórios de proventos de aposentadoria, reformas ou pensões. Os registros são realizados pelos Tribunais diretamente na Unidade Gestora referente a Requisições de Pequenos Valores.

**Nota Explicativa nº** **8 - Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens**

Curto Prazo:

No curto prazo estão sendo contabilizadas as provisões decorrentes de sentenças judiciais na UG 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social.

Também no curto prazo, na conta 21791.99.00 – Outras Provisões a Curto Prazo, constam os saldos referentes a provisões para a judicialização e contestação dos pagamentos do auxílio emergencial 2020, auxílio emergencial 2021 e auxílio emergencial residual Covid-19. O saldo nesta conta totalizou em dezembro de 2021 no montante de R$ 1.136.943.924,50. Este valor coincide com os valores inscritos como Restos a Pagar Não Processados e isto foi informado à área técnica responsável. Ao longo de 2022 esta provisão não foi utilizada uma vez que os pagamentos foram realizados por meio de execução de Restos a Pagar existentes. Desta forma esse valor foi integralmente baixado no dia 31/12/2022 com situação cuja contrapartida se dá na conta 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores.

Ainda nesta data, foi novamente provisionado o montante de R$ 313.262.948,97 também referente a judicialização e contestação dos pagamentos do auxílio emergencial 2020, auxílio emergencial 2021 e auxílio emergencial residual Covid-19.

Como metodologia para o cálculo do provisionamento apresentada pela área técnica responsável, foi adotado o critério de considerar a previsão de desembolso para 2023 descontados os valores já inscritos em Restos a Pagar Processados, haja vista que para esses casos já houve fato gerador e consequente contabilização no passivo do órgão.

Desta forma, segue abaixo tabela que explana o cálculo dos valores provisionados discriminados pelo tipo de público.

***Tabela nº 17 – Cálculo da Provisão***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Público** | | **Previsão de Desembolso (a)** | **Saldo constante em Restos a Pagar Processados (b)** | **Valor Registrado (a)-(b)** |
| **ExtraCad e Cadúnico** | AE20 | R$347.200.000,00 | R$197.546.045,00 | R$149.653.955,00 |
| AR | R$122.086.900,00 | R$123.522.786,00 | R$0,00 |
| AE21 | R$129.981.314,29 | R$0,00 | R$129.981.314,29 |
| **PBF** | AE PBF | R$12.706.322,88 | R$0,00 | R$12.706.322,88 |
| AR PBF | R$10.036.076,88 | R$12.000,00 | R$10.024.076,88 |
| AE 21 PBF | R$10.897.252,92 | R$0,00 | R$10.897.252,92 |
| **Totais** | | **R$632.907.866,97** | **R$321.080.831,00** | **R$313.262.921,97** |

Longo Prazo:

No longo prazo há uma provisão para cobrir despesas com serviços de terceiros. Este lançamento se iniciou em 2016 na UG 550008 como de curto prazo e em 2018 foi transferida para o longo prazo. Todavia em contato com área técnica responsável, ainda não houve decisão judicial a respeito.

**Nota Explicativa nº** **9 -** **Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas**

Conta do Patrimônio Líquido que compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. A mensuração é feita pela apuração do resultado positivo ou negativo.

No caso do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o resultado acumulado teve um decréscimo de 40,25% em relação ao mesmo trimestre no ano passado. Essa diferença é atribuída ao Resultado do Exercício negativo decorrente principalmente da comprovação do Termo de Execução Descentralizada 1AAHBY

***Notas Explicativas do Balanço Financeiro***

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

**Nota Explicativa nº** **10 - Ingressos Financeiros**

Seguem abaixo tabelas que evidenciam as análises verticais e horizontais dos ingressos e dos dispêndios financeiros:

***Tabela nº 17 - Ingressos Financeiros***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **INGRESSOS** | **30/06/2023** | **30/06/2023** | **Análise Horizontal (%)** | **Análise Vertical (%)** |
| Receitas Orçamentárias | R$719.845.285,44 | R$528.644.728,37 | 36,17% | 0,25% |
| Transferências Financeiras Recebidas | R$268.490.285.937,27 | R$182.269.681.283,74 | 47,30% | 93,30% |
| Recebimentos Extraorçamentários | R$18.544.694.343,25 | R$49.829.181.741,30 | -62,78% | 6,44% |
| Saldo do Exercício Anterior | R$31.424.851,43 | R$51.182.059,16 | -38,60% | 0,01% |
| **Total** | **R$287.786.250.417,39** | **R$232.678.689.812,57** | **23,68%** | **100,00%** |

Fonte SIAFI

Atualmente as Transferências Financeiras Recebidas representam mais de 93% dos Ingressos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e neste grupo, 97,87% é decorrente da execução orçamentária e 2,12% independente de execução orçamentária.

As Transferências Financeiras Recebidas Resultantes da Execução Orçamentária estão compostas por Cotas Recebidas, Repasse Recebido, Sub-repasse Recebido, Repasse Devolvido e Sub-Repasse Devolvido. Seguem abaixo explanações mais detalhadas:

* Cotas Recebidas: Valores recebidos pela Setorial Financeira do Órgão diretamente da UG 170500- COFIN/STN;
* Repasse recebido: Valores recebidos nas unidades do Ministério advindos de outras unidades externas;
* Sub-Repasse Recebido: Valores transacionados entre a Setorial Financeira do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e suas Unidades Gestoras Executoras;
* Sub-Repasse Devolvido: Valores devolvidos a título de Sub-Repasse.

Na Tabela nº 17 - Ingressos Financeiros é possível observar um decréscimo de mais de 62% de Recebimentos Extraorçamentários decorrente em sua maioria por não ter havido inscrição de novos créditos para a execução do Auxílio Brasil, a transferência das unidades gestoras do Ministério do Esporte, bem como ter diminuído a sua arrecadação de valores pagos indevidamente.

**Nota Explicativa nº** **11 - Dispêndios Financeiros**

***Tabela nº 18 - Dispêndios Financeiros***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DISPÊNDIOS** | **30/06/2023** | **30/06/2022** | **Análise Horizontal (%)** | **Análise Vertical (%)** |
| Despesas Orçamentárias | R$102.815.667.059,56 | R$95.076.828.245,74 | 8,14% | 35,72% |
| Transferências Financeiras Concedidas | R$183.698.991.946,57 | R$131.583.927.193,80 | 39,61% | 63,83% |
| Pagamentos Extraorçamentários | R$584.927.671,24 | R$5.134.696.082,73 | -88,61% | 0,20% |
| Saldo para o Exercício Seguinte | R$686.663.740,02 | R$883.238.290,30 | -22,26% | 0,24% |
| **Total** | **R$287.786.250.417,39** | **R$232.678.689.812,57** | **23,68%** | **100,00%** |

Fonte SIAFI

Na Tabela nº 18 - Dispêndios Financeiros observa-se que 63,83% dos dispêndios se referem Transferências Financeiras Concedidas em sua maior parte Resultantes da Execução Orçamentária. Todavia, em análise horizontal, observa-se um decréscimo de 88,61% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior em Pagamentos Extraorçamentários. Essa redução se dá principalmente pela diminuição dos pagamentos judiciais do Auxílio Emergencial. Ademais a maioria dos empenhos reinscritos como Restos a Pagar Não Processados foram bloqueados por decreto.

**Nota Explicativa nº** **12 - Resultado Financeiro**

***Tabela nº 19 - Déficit Financeiro***

|  |  |
| --- | --- |
|  | **jun/2023** |
| Receitas Orçamentárias | R$719.845.285,44 |
| (+) Transferências Financeiras Recebidas | R$268.490.285.937,27 |
| (+) Recebimentos Extraorçamentários | R$18.544.694.343,25 |
| (-) Despesas Orçamentárias | R$102.815.667.059,56 |
| (-) Transferências Financeiras Concedidas | R$183.698.991.946,57 |
| (-) Pagamentos Extraorçamentários | R$584.927.671,24 |
| **(=) Resultado Financeiro do Exercício** | **R$655.238.888,59** |

Fonte SIAFI

O superávit ocorreu principalmente em função da redução dos pagamentos judiciais decorrentes do Auxílio Emergencial.

Cabe ressaltar que a inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Auxílio Emergencial foi permitida no exercício de 2020 por meio do [Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2010.579-2020?OpenDocument), desde que as Despesas fossem liquidadas até 31/12/2021 e devidamente justificadas pelo gestor. No dia 30/12/2021 foram liquidados R$ 357.591.239,09 de Restos a Pagar Não Processados conforme quadro abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| Auxílio Emergencial 2020 - Cadastro Único Não PBF | R$ 39.859.920,00 |
| Auxílio Emergencial 2020 - Extracad | R$ 159.340.080,00 |
| Auxílio Emergencial Residual – PBF | R$ 1.871.239,09 |
| Auxílio Emergencial Residual – Cadastro Único Não PBF e Extracad | R$ 132.340.000,00 |
| Auxílio Emergencial Residual – Demandas Judiciais | R$ 24.180.000,00 |

***Notas do Balanço Orçamentário***

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Seguem abaixo algumas informações essenciais à análise do referido demonstrativos:

1. **O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado**

O regime orçamentário adotado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome é o misto, ou seja, as receitas são contabilizadas quando da arrecadação e as despesas quando da realização do empenho, conforme estabelecido no artigo 35 da Lei nº 4.320/64.

1. **O período a que se refere o orçamento**

O orçamento é anual conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 4.320/64, todavia a análise em questão se refere ao período de 01/01/2023 a 31/03/2023.

1. **As entidades abrangidas**

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome não possui outras entidades vinculadas a ele.

1. **O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente.**

Ao final do exercício, os restos a pagar não processados liquidados que forem reinscritos para o exercício seguinte ingressam como restos a pagar processados não havendo um controle segregado para estes casos.

1. **Operação de Crédito Interna**

Até o momento não há previsão nem execução de operações de crédito internas registradas.

**Nota Explicativa nº** **13 - Receitas Orçamentárias**

***Tabela nº 20 – Previsão e Arrecadação da Receita***

|  |  |
| --- | --- |
|  | **jun/23** |
| Previsão Atualizada da Receita | R$729.204.631,00 |
| Receita Arrecadada | R$719.845.285,44 |
| **Análise Vertical** | **98,72%** |

Fonte SIAFI

Como se depreende da tabela nº 20, do montante previsto e atualizado da Receita Orçamentária, já foram arrecadados mais de 98%. Cabe salientar que de acordo com o MCASP, as Receitas Realizadas ccorrespondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária. Ou seja, não constam no montante de Receitas Realizadas os recursos do Tesouro a título de créditos orçamentários recebidos no decorrer no exercício correspondentes à contrapartida das despesas fixadas na LOA (Dotação Atualizada) repassados pela SOF.

***Tabela nº 21 – Detalhamento da Receita por Categoria Econômica***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Categoria Econômica** | **Previsão Atualizada** | **Receita Realizada** | **% de Realização** | **% de Realização sobre o Total Realizado** |
| **Receita Corrente** | **R$729.204.631,00** | **R$719.845.285,44** | **98,72%** | **100,00%** |
| Receita Patrimonial | R$729.180.717,00 | R$ 687.574.798,37 | 94,29% | 95,52% |
| Transferências Correntes | R$23.914,00 | R$ 5.218,37 | 21,82% | 0,00% |
| Outras Receitas Correntes | R$0,00 | R$ 32.265.268,70 | 0,00% | 4,48% |
| **Receita de Capital** | **R$0,00** | **R$0,00** | **0,00%** | **0,00%** |
| **Receita Total** | **R$729.204.631,00** | **R$719.845.285,44** | **98,72%** |  |

Fonte SIAFI

A tabela nº 21 traz o detalhamento da Previsão e Arrecadação das Receitas por Categoria Econômica. Como se pode observar, não há previsão de arrecadação de Receita de Capital. Desta forma, 100% da Receita Realizada corresponde a Receitas Correntes.

A maior parte da arrecadação das Receitas Correntes foram oriundas do grupo “Receita Patrimonial” decorrente de “Demais Receitas Patrimoniais” e de “Valores Mobiliários”. Este saldo se referem a Receitas decorrentes de participação da União nos recursos obtidos na loteria deduzidas as retificações e da remuneração e atualização monetária dos Auxílios Emergenciais e do Bolsa Família.

**Nota Explicativa nº** **14 - Despesas Orçamentárias**

De acordo com o MCASP a Dotação Atualizada demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA) acrescidos dos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.

Já a Despesa Empenhada corresponde ao valor que o órgão público reserva para efetuar um pagamento planejado.

Segue abaixo tabela com comparativo entre a Dotação Atualizada e a Despesa Empenhada:

***Tabela nº 22 – Dotação e Empenho***

|  |  |
| --- | --- |
|  | **jun/23** |
| Dotação Atualizada | R$ 273.269.024.207,00 |
| Despesas Empenhadas | R$ 102.815.667.059,56 |
| **Despesa Empenhada/Dotação Atualizada** | **37,62%** |

Como se pode deduzir da tabela, até junho/2023 foram empenhadas mais de 37% da fixação da Despesa Atualizada.

***Tabela nº 23 – Detalhamento da Despesa por Categoria Econômica***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Categoria Econômica** | **Dotação Atualizada** | **Despesa Empenhada** | **Despesa Empenhada/Dotação Atualizada** | **Despesa Empenhada/ Despesa Empenhada Total** |
| **Despesas Correntes** | **R$** **272.406.183.213,00** | **R$ 102.693.306.217,81** | **37,70%** | **99,88%** |
| Pessoal e Encargos Sociais | R$ 139.441.960,00 | R$ 117.174.531,36 | 84,03% | 0,11% |
| Outras Despesas Correntes | R$ 272.266.741.253,00 | R$ 102.576.131.686,45 | 37,67% | 99,77% |
| **Despesas de Capital** | **R$ 672.359.438,00** | **R$ 122.360.841,75** | **18,20%** | **0,09%** |
| Investimentos | R$ 672.359.438,00 | R$ 122.360.841,75 | 18,20% | 0,09 |
| **Reserva de Contingência** | **R$190.481.556,00** | **R$ 0,00** | **0,00%** | **0,00%** |
| **Despesa Total** | **R$** **273.269.024.207,00** | **R$** **102.815.667.059,56** | **37,62%** |  |

**Fonte SIAFI**

Do total das despesas correntes, o montante de R$ 102.576.131.686,45 se referem a fatos gerados com pagamentos já efetuados ou liquidados a pagar decorrentes do Programa Bolsa Família.

**Nota Explicativa nº** **15 - Resultado Orçamentário**

***Tabela nº 24 - Resultado Orçamentário***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Arrecadação e Empenho** | **jun/23** | **Arrecadação/Despesas Empenhadas** |
| Receita Orçamentária Arrecadada | R$ 719.845.285,44 | 0,70% |
| Despesas Empenhadas | R$ 102.815.667.059,56 |
| **Resultado Orçamentário** | **-R$102.095.821.774,12** |  |

O Resultado Orçamentário foi deficitário em R$ 102.095.821.774,12 haja vista que a Receita Arrecadada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome corresponde a apenas 0,70% do montante de Despesas Empenhadas. O Subsídio financeiro para execução das Despesas Empenhadas vem dos Repasses concedidos pelo Tesouro Nacional.

**Nota Explicativa nº** **16 - Restos a Pagar Processados e Não Processados**

Para a execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados as unidades executoras já foram orientadas:

A observar a manutenção dos Restos a Pagar em consonância com a Nota Técnica nº 7/2018/CCONT/SUCON/STN-MF bem como o Comunicado STN nº 33/2020 (publicado na Plataforma Mais Brasil).

Adicionalmente, as unidades gestoras também foram instruídas a observar o contido no parágrafo § 7º do artigo 83 da Lei nº 14.513, de 2022.

***Tabela nº 25 – Detalhamento dos Restos a Pagar***

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RAP** | **Inscritos** | **Cancelados** | **Pagos** | **Saldo** | **Índice realizado** |
| Restos a Pagar Não Processados | R$ 1.509.890.439,94 | R$ 24.857.311,15 | R$ 561.603.819,52 | R$ 923.429.309,27 | 37,20% |
| Restos a Pagar Processados | R$ 45.915.554,43 | R$ 11.196.167,21 | R$ 17.791.063,98 | R$ 16.928.323,24 | 38,75% |
| **Total** | **R$ 1.555.805.994,37** | **R$ 36.053.478,36** | **R$ 579.394.883,50** | **R$ 940.357.632,51** | **37,24%** |

Fonte SIAFI.

Conforme quadro acima, o Ministério executou e pagou até o segundo trimestre cerca de 37,24% dos restos a pagar inscritos.

***Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais***

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Seguem alguns apontamentos essenciais para a análise do demonstrativo:

1. **Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, bem como as reversões de tais reduções**

Os bens imobilizados não foram reavaliados e, portanto, não houve redução ao valor recuperável. Algumas unidades gestoras ainda está em transição de sistema patrimonial. No momento em que esses bens forem reavaliados, caso os valores contábeis registrados estejam acima do valor recuperável, serão feitos os lançamentos de redução do valor.

1. **Reestruturações das atividades da entidade e reversões de quaisquer provisões para gastos de reestruturação**

O ministério não realizou para 2023 provisionamento para gastos com reestruturações (21791.02.00 – Provisão para Reestruturação) e, portanto, também não foi realizado qualquer lançamento de baixa nessa conta.

1. **Unidades operacionais descontinuadas**

No segundo trimestre de 2023 não houve descontinuidade de Unidade operacionais.

1. **Constituição ou reversão de provisões**

Com exceção das provisões trabalhistas, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome possui provisões para sentenças judiciais no curto e no longo prazo, para serviços de terceiros no longo prazo e para pagamentos judiciais do auxílio emergencial no curto prazo. Houve alguns pagamentos de requisições de pequenos valores gerando um ganho com desincorporação de passivos.

Todavia, conforme elencado na Nota Explicativa nº 8 - Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens, foi baixado o montante inscrito em 2021 a título de judicialização e contestação dos pagamentos do auxílio emergencial 2020, auxílio emergencial 2021 e auxílio emergencial residual Covid-19 e inscrito em 2022 o valor de R$ 313.262.948,97 para a mesma finalidade.

**Nota Explicativa nº** **17 – Resultado Patrimonial**

O Resultado Patrimonial consiste na diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas, decorrente de incorporações de ativos e desincorporações de passivos, e as Variações Patrimoniais Diminutivas, decorrentes de desincorporações de ativos e incorporações de passivos.

No segundo trimestre de 2023, o Resultado Patrimonial foi deficitário em R$ 29.541.635.563,94, resultado este que também se encontra espelhado nos Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial.

Em relação ao mesmo trimestre de 2022, há uma diferença de R$ 68.850.586.606,98. Isso se deve principalmente pela comprovação do Termo de Execução Descentralizada 1AAHBY, o aumento de repasse e sub-repasse concedidos bem como das transferências financeiras para atendimento das Políticas Públicas de Transferência de Renda.

**Nota Explicativa nº** **18 – Variações Patrimoniais Aumentativas**

Segue abaixo tabela com a Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas.

***Tabela nº 26 – Composição detalhada das Variações Patrimoniais Aumentativas***

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Composição de VPAs** | **jun/23** | **jun/22** | **Diferença** | **AH** | **AV** |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | **316.983.388.314,30** | **223.613.621.538,90** | **93.369.766.775,40** | **41,75%** | **100,00%** |
| **Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos** | **-** | **41.296,84** | **-41.296,84** | **-100,00%** | **0,00%** |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | - | 41.296,84 | -41.296,84 | -100,00% | 0,00% |
| **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** | **391.223.122,92** | **166.408.479,82** | **224.814.643,10** | **135,10%** | **0,12%** |
| Juros e Encargos de Mora | 1.793.039,87 | 3.010.871,26 | -1.217.831,39 | -40,45% | 0,00% |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | 389.430.083,05 | 163.243.555,69 | 226.186.527,36 | 138,56% | 0,12% |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | - | 154.052,87 | -154.052,87 | 100,00% | 0,00% |
| **Transferências e Delegações Recebidas** | **268.498.976.022,64** | **182.284.674.404,40** | **86.214.301.618,24** | **47,30%** | **84,70%** |
| Transferências Intragovernamentais | 268.498.278.813,27 | 182.284.652.224,99 | 86.213.626.588,28 | 47,30% | 84,70% |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | 697.209,37 | 22.179,41 | 675.029,96 | 3043,50% | 0,00% |
| **Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos** | **45.397.615.864,56** | **39.221.992.612,53** | **6.175.623.252,03** | **15,75%** | **14,32%** |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | 44.146.573.847,39 | 38.441.714.280,92 | 5.704.859.566,47 | 14,84% | 13,93% |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos | 1.251.042.017,17 | 780.278.331,61 | 470.763.685,56 | 60,33% | 0,39% |
| **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** | **2.695.573.304,18** | **1.940.504.745,31** | **755.068.558,87** | **38,91%** | **0,85%** |
| Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas | 34.052.776,44 | 31.513.317,59 | 2.539.458,85 | 8,06% | 0,01% |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 2.661.520.527,74 | 1.908.991.427,72 | 752.529.100,02 | 39,42% | 0,84% |

Fonte SIAFI.

Considerando a Análise Vertical, pode-se observar que no segundo trimestre de 2023, mais de 84% do total das Variações Patrimonial Aumentativas se referem a Transferências Intragovernamentais Recebidas. Essas transferências são compostas pelos saldos das contas de Cota, repasse e Sub-Repasse já citadas na Nota Explicativa nº 17 - Ingressos Financeiros e pelas Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária para Pagamento de Restos a Pagar.

Houve ainda um Ganho com incorporação de Ativos decorrente principalmente de transferências financeiras realizadas do Termo de Execução Descentralizada 940455.

**Nota Explicativa nº** **19 – Variações Patrimoniais Diminutivas**

Segue abaixo tabela com a Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas.

***Tabela nº 27 – Composição detalhada das Variações Patrimoniais Diminutivas***

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Composição de VPDs** | **jun/23** | **jun/22** | **Diferença** | **AH** | **AV** |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | **346.525.023.878,24** | **184.304.670.495,86** | **162.220.353.382,38** | **88,02%** | **100,00%** |
| Pessoal e Encargos | 68.494.677,34 | 127.449.189,96 | -58.954.512,62 | -46,26% | 0,02% |
| Remuneração a Pessoal | 53.437.730,67 | 59.505.458,02 | -6.067.727,35 | -10,20% | 0,02% |
| Encargos Patronais | 8.235.535,39 | 9.574.408,39 | -1.338.873,00 | -13,98% | 0,00% |
| Benefícios a Pessoal | 5.570.723,77 | 4.564.539,27 | 1.006.184,50 | 22,04% | 0,00% |
| Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | 1.250.687,51 | 53.804.784,28 | -52.554.096,77 | -97,68% | 0,00% |
| **Benefícios Previdenciários e Assistenciais** | **84.811.184.050,99** | **48.187.308.697,64** | **36.623.875.353,35** | **76,00%** | **24,47%** |
| Aposentadorias e Reformas | 18.197.652,63 | 14.179.634,10 | 4.018.018,53 | 28,34% | 0,01% |
| Pensões | 430.670,10 | 444.334,98 | -13.664,88 | -3,08% | 0,00% |
| Benefícios Eventuais | 783.499,98 | 3.280.214.499,39 | -3.279.430.999,41 | -99,98% | 0,00% |
| Políticas Públicas de Transferência de Renda | 84.726.783.737,09 | 44.842.965.174,00 | 39.883.818.563,09 | 88,94% | 24,45% |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 64.988.491,19 | 49.505.055,17 | 15.483.436,02 | 31,28% | 0,02% |
| **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** | **650.365.445,39** | **575.479.551,50** | **74.885.893,89** | **13,01%** | **0,19%** |
| Uso de Material de Consumo | 66.077.578,59 | 84.223.985,87 | -18.146.407,28 | -21,55% | 0,02% |
| Serviços | 583.134.771,13 | 488.324.355,02 | 94.810.416,11 | 19,42% | 0,17% |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | 1.153.095,67 | 2.931.210,61 | -1.778.114,94 | -60,66% | 0,00% |
| **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras** | **26.508,14** | **6.778,81** | **19.729,33** | **291,04%** | **0,00%** |
| Juros e Encargos de Mora | 16.206,91 | 1,94 | 16.204,97 | 835307,73% | 0,00% |
| Descontos Financeiros Concedidos | 10.301,23 | 6.776,87 | 3.524,36 | 52,01% | 0,00% |
| **Transferências e Delegações Concedidas** | **185.473.228.337,29** | **134.354.181.735,57** | **51.119.046.601,72** | **38,05%** | **53,52%** |
| Transferências Intragovernamentais | 183.708.406.163,98 | 131.599.076.827,66 | 52.109.329.336,32 | 39,60% | 53,01% |
| Transferências Intergovernamentais | 1.714.441.518,74 | 2.726.224.142,59 | -1.011.782.623,85 | -37,11% | 0,49% |
| Transferências ao Exterior | - | 2.058.169,67 | -2.058.169,67 | -100,00% | 0,00% |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | 50.380.654,57 | 26.822.595,65 | 23.558.058,92 | 87,83% | 0,01% |
| **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos** | **75.521.568.604,38** | **1.048.493.816,02** | **74.473.074.788,36** | **7102,86%** | **21,79%** |
| Perdas Involuntárias | 1.946,68 | 75.546.908,21 | -75.544.961,53 | -100,00% | 0,00% |
| Incorporação de Passivos | - | 1.693.329,28 | -1.693.329,28 | -100,00% | 0,00% |
| Desincorporação de Ativos | 75.521.566.657,70 | 971.253.578,53 | 74.550.313.079,17 | 7675,68% | 21,79% |
| **Tributárias** | **72.479,95** | **144.509,08** | **-72.029,13** | **-49,84%** | **0,00%** |
| Contribuições | 72.479,95 | 144.509,08 | -72.029,13 | -49,84% | 0,00% |
| **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** | **83.774,76** | **11.606.217,28** | **-11.522.442,52** | **-99,28%** | **0,00%** |
| Incentivos | 33.808,42 | 84.669,46 | -50.861,04 | -60,07% | 0,00% |
| Constituição de Provisões | 48.154,83 | 6.058.820,02 | -6.010.665,19 | -99,21% | 0,00% |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | 1.811,51 | 5.462.727,80 | -5.460.916,29 | -99,97% | 0,00% |

Fonte SIAFI.

Considerando a Análise Vertical, pode-se observar que no segundo trimestre de 2023, mais de 53% do montante das Variações Patrimoniais Diminutivas correspondem a Transferências Intragovernamentais Concedidas. Da mesma forma que nas VPAs, esse grupo de contas é composto pelos Repasses e Sub-Repasses Concedidos bem como pelas Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária para Pagamento de Restos a Pagar. Também houve um aumento de mais 24% nos gastos com Políticas Públicas de Transferências de Renda pagos a título do Programa Bolsa Família.

***Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa***

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

No âmbito do Ministério Do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome só existem saldos referente a Caixa e Equivalente de Caixas nas contas 11112.20.01 – Limite de Saque com Vinculação de Pagto – OFSS e 11112.20.03 – Limite de Saque com Vinculação Pagto – Ordem Pagto – OFSS conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 6 - Caixa e equivalentes de caixa.

Segue abaixo quadro resumido com os valores por tipo de Fluxo.

***Tabela nº 28 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Jun/23 | AV |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | R$ 680.746.111,23 | 103,89% |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | -R$25.507.222,64 | -3,89% |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento | R$0,00 | 0,00% |
| **Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **R$655.238.888,59** | **100,00%** |

Fonte SIAFI.

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa equivale ao Resultado Financeiro apresentado na Nota Explicativa nº 12 - Resultado Financeiro e coincide com a variação de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício (Saldo Inicial: R$ 31.424.851,43; Saldo Final: R$ 51.182.059,16) trazidos no Balanço Financeiro.

**Nota Explicativa nº** **20 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais corresponde à diferença entre Ingresso e Desembolsos Orçamentários e Extraorçamentários destinados às atividades operacionais do órgão.

No Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome no segundo trimestre de 2023, esse fluxo foi superavitário em R$ 680.746.111,23 corresponde a de 103,89% da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.

**Nota Explicativa nº** **21 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento**

No segundo trimestre de 2023 o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome não teve movimentação de caixa para atividades de financiamento, o que indica não ter havido alteração no capital próprio nem no endividamento do órgão por meio de empréstimos.

O Ministério não necessitou de obtenção de linhas de crédito para financiar futuras atividades operacionais ou para satisfazer compromisso de capital.

**Nota Explicativa nº** **22 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento**

Do fluxo de investimento, R$ 24.489.122,43 corresponde “Aquisições de Ativos Não Circulantes”. Deste montante, R$ 24.279.811,17 são movimentações financeiras para aquisição de bens citados na Nota Explicativa nº 5 - Imobilizado referente ao Contrato Administrativo nº 16/2022.